



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO.

Responsável pela demanda: EDSON LUIZ FEZER

Matrícula: 19785 E-mail: cacador.desenvolvimento@gmail.com Telefone: 49 9 9964-1848

SÍNTESE DO PROCESSO

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação – INOVA CONTESTADO.

Tipo de Item:	Tipo de Subitem:	Mês Desejado?	
() Material	() Permanente	() Janeiro	() Julho
(X) Serviço	() Consumo	() Fevereiro	() Agosto
() Obra	() Continuoado	() Março	() Setembro
() Soluções de TI	(X) Não Continuoado	() Abril	(X) Outubro
() Permissão de Uso	() Soluções de TI	() Maio	() Novembro
		() Junho	() Dezembro
Finalidade:	Recurso Externo?	Grau de Prioridade:	Renova Contrato?
() Registro de Preços	() Sim	() Baixa	() Sim
() Aquisição	(X) Não	() Média	(X) Não
() Concorrência		(X) Alta	
(X) Contratação			

Valor Total Estimado: R\$ 16.084,24 (dezesesseis mil, oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

1. OBJETO DETALHADO

Consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIAL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Consultoria e Assessoria Jurídica	17620	UNIDADE	01	R\$ 16.084,24	R\$ 16.084,24

[]



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

2. NECESSIDADE DE AMOSTRAS

Não se aplica.

3. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

Não há necessidade específica de uma equipe de apoio.

4. METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA DE PREÇOS E, SE NECESSÁRIO, JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA PESQUISA NO PNCP

Não foi utilizada pesquisa no PNCP, pois trata-se de uma proposta específica para o município, sendo exclusiva para fim que se destina, não havendo método de comparação, a não ser o valor hora normal praticado no mercado pela instituição proponente.

5. INDICAÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇO

OR	NOME	CPF	MATRÍCULA	E-MAIL	FONE	CARGO
1	Edson Luiz Fezer	514.57.5049-87	19785	cacador.desenvolvimento@gmail.com	(49)999641848	Secretário

Caçador, 22 de agosto de 2024.

EDSON LUIZ
FEZER:51457504987

Assinado de forma digital por
EDSON LUIZ FEZER:51457504987
Dados: 2024.09.10 18:32:38 -03'00'

Edson Luiz Fezer
Secretário e Gestor do Contrato



Documento assinado digitalmente
OSORIO ELIAS TIMMERMANN
Data: 11/09/2024 18:03:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Osório Timermann
Secretário(a) da Fazenda

ALENCAR
MENDES:77167384968
4968

Assinado de forma digital por
ALENCAR
MENDES:77167384968
Dados: 2024.09.12 16:29:55 -03'00'

Alencar Mendes
Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente
MAURICIO CASSIANO DA SILVA
Data: 10/09/2024 18:39:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mauricio Cassiano da Silva
Fiscal do Contrato



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo informar a viabilidade técnica na contratação de empresa especializada para execução de consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação – INOVA CONTESTADO.

O objetivo principal é demonstrar a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Considerando a necessidade de transição na gestão do Centro de Inovação – INOVA CONTESTADO, até então gerido pelo poder público, na figura da Prefeitura Municipal de Caçador, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Empreendedorismo e Turismo, conforme está previsto nos art. 1º e 3º da Lei Complementar nº 429 de 20 de junho de 2022, faz-se necessário ações para a transferência do centro de inovação a uma entidade que contemple todos os requisitos previstos no edital de chamamento público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não está prevista no Plano Anual de contratação, mas está no Planejamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Empreendedorismo e Turismo, baseando-se na necessidade legal de dar continuidade no amadurecimento do Ecossistema de Inovação do Município de Caçador e região do Contestado.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços contratados se refletem em consultoria para construção de Modelo Jurídico para Minuta de chamamento público de Gestão para o Centro de Inovação do Inova Contestado.

A empresa contratada deverá realizar um completo levantamento e análise de documentos: Análise detalhada de leis municipais, estaduais e federais pertinentes, convênios, estatutos, contratos existentes e outros documentos.

A contratada será responsável pela elaboração da minuta do edital, desenvolvimento da minuta de chamamento público contemplando todos os aspectos legais e técnicos para execução do mesmo.

A Contratada deverá apresentar a elaboração da proposta de avaliação, o relatório da prestação de serviço, revisão e ajustes solicitados.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

A Contratada e contratante, realizarão reuniões para esclarecimento de dúvidas e direcionamento do trabalho a ser entregue, relatório de entrega, revisão e ajustes.

A contratada deverá oferecer equipe multidisciplinar composta por advogados, engenheiros e administradores com experiência em direito administrativo e legislação relacionada, garantindo a conformidade legal da minuta.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIAL	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação.	UNIDADE	1	R\$ 16.084,24	R\$ 16.084,24

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções encontradas para prover a realização do serviço específico do objeto e descrito neste ETP são:

Solução 1 - Execução do serviço pela equipe interna da Prefeitura Municipal de Caçador;

Solução 2 - Contratação de empresa especializada em execução de consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação.

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas consideradas viáveis foram incorporadas na contratação em análise. Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A Estimativa do valor da contratação é de R\$16.084,24 (dezesesseis mil, oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos, (impostos, taxas e contribuições fiscais), fornecimento de todo material de apoio, mão de obra especializada, custos de deslocamento, alimentação e estadia e demais despesas com equipamentos e materiais.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando, que o município não possui servidores capacitados para desenvolver tal serviço e nem infraestrutura adequada, a solução proposta escolhida mais vantajosa para a Administração Pública é a contratação de empresa especializada para consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Após a aquisição do serviço em questão, será possível publicar de maneira segura e confiável, o edital de chamamento público para identificação de entidade privada como gestora do centro de inovação.

09. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

Esta contratação não é passível de impactos ambientais de forma direta, mas será exigido que a empresa contratada siga os critérios de sustentabilidade.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Levando em consideração que a inovação, em âmbito municipal, estadual e federal, é um assunto que ainda não oferece subsídios ao servidor público para atuar de forma consistente e assertiva no desenvolvimento de instrumentos jurídicos seguros para processos de concorrência pública e considerando os estudos realizados, considera-se viável a contratação de uma empresa especializada em execução de consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação. Já em relação a questão orçamentária, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Empreendedorismo e Turismo já tem previsto em seu balancete um valor considerável destinado a tal serviço e está em conformidade com o valor estimado.

Caçador, 22 de agosto de 2024.

Responsável pelo estudo técnico:

EDSON LUIZ
FEZER:51457504987

Assinado de forma digital por EDSON
LUIZ FEZER:51457504987
Dados: 2024.09.10 18:31:54 -03'00'

Edson Luiz Fezer
Secretário Municipal



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TURISMO

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DIRETA - SERVIÇOS - SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de consultoria, análise de documentos, elaboração de minuta, elaboração de metodologia, reuniões de alinhamento e avaliação para construção de modelo jurídico de chamamento público para identificação de entidade gestora do Centro de Inovação – INOVA CONTESTADO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR REFERENCIAL	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Consultoria e Assessoria Jurídica	17620	SERVIÇO	01	R\$ 16.084,24	R\$ 16.084,24

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n.º 9.728, de 08 de outubro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 meses, contados da assinatura do contrato e não prevê prorrogação de prazo.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação dos requisitos de contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos serviços é de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento (AF), em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal **Mauricio Cassiano da Silva – Matrícula 16825**.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato **Edson Luiz Fezer - Matrícula 19785** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado de nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 **(cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade do material e



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

no artigo 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

A. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

B. identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/FGV** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do artigo 75, inciso XV, da Lei n.º 14.133/2021.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será realizado de maneira integral.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

A. SICAF.

B. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

C. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.13.1. Habilitação jurídica

8.13.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.13.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.13.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.13.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (artigo 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021,



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

artigo 69, caput, inciso II);

8.13.4. Qualificação Técnica

8.13.4.1. Declaração de capacidade técnica.

A. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 16.084,24 (Dezesseis mil, oitenta e quatro reais, com vinte e quatro centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

10.2. A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta da **Dotação do Orçamento** do exercício de **2024**:

- **Número:** 8585947
- **Unidade Gestora:** 1 – Prefeitura Municipal de Caçador
- **Órgão Orçamentário:** 2000 – Chefia do Executivo
- **Unidade Orçamentária:** 2009 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Empreendedorismo e Turismo
- **Função:** 4 - Administração
- **Subfunção:** 121 – Planejamento e Orçamento
- **Programa:** 4 – Administração e Planejamento
- **Ação:** 2.45 Manutenção das atividades do Desenvolvimento Econômico
- **Despesa:** 468 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
- **Fonte de recurso:** 100 – Recursos Próprios.

Caçador, 22 de agosto de 2024.

EDSON LUIZ
FEZER:51457504987

Assinado de forma digital por
EDSON LUIZ FEZER:51457504987
Dados: 2024.09.10 18:29:55
-03'00'

Edson Luiz Fezer
Secretário e Gestor do Contrato



Documento assinado digitalmente

MAURICIO CASSIANO DA SILVA
Data: 10/09/2024 18:41:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mauricio Cassiano da Silva
Fiscal do Contrato